

Cidades ganham fôlego com nova alíquota previdenciária

Cidades têm alívio nas finanças com folha desonerada

Prefeituras foram beneficiadas com redução da alíquota de contribuição para Previdência, recurso que poderá ser destinado a outras políticas públicas locais

O projeto de desoneração da folha de pagamento, aprovado nesta semana pela Câmara Federal, também inclui redução das alíquotas que os municípios pagam para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). No Grande ABC, cujo média é de 23% de recolhimento para custos a Previdência, o percentual vai ser de 15,5% (no caso de Diadema e Ribeirão Preto) ou 19% (São João del-Rei, São Caetano e Mauá), conforme estudo da FNP (Frente Nacional de Prefeitos). As prefeituras da região celebraram a medida, alegando que a economia com custos previdenciários poderá ser revertida em recursos para outras políticas públicas. Especialista diz que proposta é necessária diante da queda de arrecadação das cidades.

Cidades ganham fôlego com nova alíquota previdenciária

Mudança nas regras de contribuição dos municípios foi aprovada no projeto de desoneração da folha de pagamento de setores privados

Rafael Rocha
raphaelrocha@globo.com.br

A aprovação da desoneração da folha de pagamento para 17 setores da economia por parte da Câmara Federal nesta semana também englobou um amplo corte das alíquotas previdenciárias para os municípios. No Grande ABC, as cidades celebraram a medida, apontando maior fôlego financeiro.

Assim como a desoneração da folha, a medida vai vigorar até 2027. A nova alíquota vai variar entre 8% e 19% — com base no FIB (Produto Interno Bruto) per capita —, com redução substancial do percentual que recolhem diretamente ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

A média, hoje, das cidades do Grande ABC é recolher 23% sobre a folha de pagamento e o menor percentual será registrado em Diadema e

Ribeirão Preto, conforme levantamento da FNP (Frente Nacional de Prefeitos): 15,5%. São João del-Rei, São Bernardo, São Caetano e Mauá poderão receber 19%, segundo o mesmo estudo.

“Essa medida dará maior fôlego orçamentário para que as prefeituras invistam em outras políticas públicas”, ponderou o secretário de Finanças de Diadema e professor da USP (Universidade Municipal de São Caetano), Francisco Fucini. “Para os municípios, é um benefício interessante, a medida em que temos registrado queda de arrecadação de alguns impostos, sobretudo o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).”

“Ao Diário, três das sete cidades responderam aos questionamentos a respeito do tema. É a expectativa é a de economia de R\$ 3,31 bilhões no ano — R\$ 450 mil com Ribeirão Preto e o menor percentual será registrado em Diadema e



NA CÂMARA. Proposta incluída no projeto e aprovada é bem recebida

de R\$ 238 mil mensais). Em Diadema, estudos estão sendo feitos para que se tenha impacto positivo — a expectativa é a de que sim, porque há falta de servidores em regime CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que contribuem diretamente ao INSS.

Na região, apenas dois municípios contribuem só com o INSS — São Caetano e Mauá. Em São João del-Rei e Mauá (Instituto de Previdência de São João del-Rei). Em São Bernardo, o SBCPrev. Em Diadema, o Ipreid (Instituto de Previdência Municipal de Diadema). Em

Ribeirão, o Impeerp (Instituto Municipal de Previdência de Ribeirão Preto). Rio Grande da Serra conta com o Fungrep (Fundo de Previdência de Rio Grande da Serra).

A pesar desse cenário, até mesmo os municípios que possuem regimes próprios de Previdência serão beneficiados com a medida. Isso porque, além de servidores estatutários, os comissionados recebem diretamente ao INSS — e, então, são incluídos na cota. Em Ribeirão, por exemplo, cerca de 20% dos funcionários são contratados no regime CLT.

“Essa mudança deverá impactar contribuintes do regime geral, comissionados e temporários, já que haverá redução da contribuição patronal. Portanto, o impacto é positivo”, pontuou a cidade.

Santo André também elogia a proposta. “A Prefeitura de Santo André avalia como positiva a iniciativa da Câmara, que objetiva a diminuição

dos dispêndios do erário. Para o caso específico da desoneração da folha, a administração está em fase de organização mais afinada dos valores que serão economizados e qual a destinação possível para o montante inicialmente provisionado para o pagamento da contribuição patronal da Previdência Social.”

DESONERAÇÃO

A aprovação da desoneração da folha de pagamento para 17 setores vai gerar, conforme levantamento da Câmara, manutenção de 1,2 milhão de empregos. Líder do Cidadania na Casa, Alex Manente atuou diretamente na articulação da votação — que agora segue para o Senado. “Nesta semana votamos e aprovamos a desoneração da folha de pagamento na Câmara, assim garantimos 1,2 milhão de empregos. É menos impostos para quem gera empregos e mais renda no bolso do povo.”

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3